



ASSOCIAÇÃO TURMA DO JILÓ
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2019
Com o relatório dos auditores independentes

ASSOCIAÇÃO TURMA DO JILÓ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO 2019

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balanços patrimoniais | 6 |
| Demonstrações dos resultados | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 11 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores
Associação Turma do Jiló
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Turma do Jiló, (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Turma do Jiló em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

A Associação tem como prática efetuar contratações e pagamentos a alguns prestadores de serviços pessoas jurídicas de forma recorrente para atribuições de certas atividades fim da Associação, podendo haver a interpretação de vínculo empregatício. A Associação não mensurou nem reconheceu a provisão fiscal e os encargos sociais incidentes sobre os pagamentos efetuados dessa remuneração. Se o reconhecimento da provisão fiscal e dos encargos previdenciários incidentes sobre os referidos pagamentos tivesse sido efetuado, certos elementos das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes,

que emitiram relatório de auditoria datado de 6 de abril de 2021, com ressalva relacionada a efetuar contratações e pagamentos a alguns prestadores de serviços pessoas jurídicas de forma recorrente para as atribuições de certas atividades fim da Associação, podendo haver a interpretação de vínculo empregatício. A Associação não mensurou nem reconheceu a provisão fiscal e os encargos sociais incidentes sobre pagamentos efetuados dessa remuneração.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de outubro de 2021.

Crowe Macro Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP031004/O-6



Roberson de Sousa Cardoso
CRC SP 325.546/O-9



Luciana Toniolo Meira
CRC 1 SP 254.829/O-8

Associação Tuma do Jiló
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
 Em reais (R\$)

| Ativo | Nota | 2019 | 2018 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|-------------|----------------|----------------|-------------------------------------|-------------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 271.371 | 184.849 | Fornecedores e contas a pagar | 5 | 2.155 | 12.886 |
| Contas a receber | - | 5.500 | - | Obrigações trabalhistas | 6 | 14.203 | 15.143 |
| Outros créditos | - | 7.117 | 61.660 | Obrigações fiscais | - | 3.868 | 5.146 |
| Impostos a recuperar | - | 2.155 | - | | | 20.226 | 33.175 |
| | | 286.143 | 246.509 | | | | |
| | | | | Patrimônio líquido | 8 | | |
| | | | | Superávit acumulado | | 265.917 | 213.334 |
| | | | | | | 265.917 | 213.334 |
| Total | | 286.143 | 246.509 | Total | | 286.143 | 246.509 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Associação Tuma do Jiló

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

| | Nota | 2019 | 2018 |
|--|-------------|--------------------|------------------|
| Receita operacional | 9 | 1.123.927 | 672.939 |
| Trabalho voluntario e gratuidades | 12 | 77.800 | 32.500 |
| | | 1.201.727 | 705.439 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 10 | (444.687) | (352.423) |
| Despesas com projeto | 11 | (629.722) | (315.863) |
| Trabalho voluntario e gratuidades | 12 | (77.800) | (32.500) |
| | | (1.152.209) | (700.786) |
| Superávit antes do resultado financeiro | | 49.518 | 4.653 |
| Resultado financeiro | - | 2.314 | 4.516 |
| Superávit do exercício | | 51.832 | 9.169 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Tuma do Jiló

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|----------------------|---------------------|
| Superávit do exercício | 51.832 | 9.169 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>51.832</u> | <u>9.169</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Tuma do Jiló

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em reais (R\$)

| Descrição | Superávit acumulado | Total |
|---|----------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 204.076 | 204.076 |
| Ajustes de exercícios anteriores | 89 | 89 |
| Superávit do exercício | 9.169 | 9.169 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 213.334 | 213.334 |
| Ajustes de exercícios anteriores | 751 | 751 |
| Superávit do exercício | 51.832 | 51.832 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 265.917 | 265.917 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Tuma do Jiló

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|---------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Superávit do exercício | 51.832 | 9.169 |
| Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes com atividades operacionais | | |
| Ajuste de exercícios anteriores | 751 | - |
| | 52.583 | 9.169 |
| Variações dos ativos e passivos operacionais | | |
| Contas a receber | (5.500) | - |
| Outros créditos | 54.543 | (23.138) |
| Impostos a recuperar | (2.155) | - |
| Fornecedores e contas a pagar | (10.731) | 3.208 |
| Obrigações trabalhistas | (940) | 3.277 |
| Obrigações fiscais | (1.278) | 4.781 |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais | 33.939 | (11.872) |
| Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 86.522 | (2.703) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 184.849 | 187.552 |
| No fim do exercício | 271.371 | 184.849 |
| Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 86.522 | (2.703) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Associação Turma do Jiló ("Associação") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa, constituída em 17 de junho de 2015, com sede na cidade de São Paulo – SP.

A associação tem como finalidades: (a) promover programas de saúde; (b) Incentivar e promover a Cultura; (c) Promover a educação básica e profissional; (d) Promover programas ambientais, a defesa, a preservação e conservação do meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável; (e) Promover programas sociais; (f) Promover atividades e programas de esporte, lazer e atividades recreativas; (g) Promover a assistência social - atendendo a todos os públicos interessados, em especial, portadores de deficiência física e todas as minorias da sociedade; (h) Promover programas de desenvolvimento econômico e social; (i) Promover o voluntariado; (j) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, promoção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos para cuidados e tratamentos das deficiências de modo geral; e (k) Promover treinamento e acompanhamento de profissionais para trabalhar a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais em âmbito escolar e profissional.

Os recursos e doações recebidas pela Associação têm o exclusivo objetivo de manter sua operação de acompanhamento de projetos de naturezas destacadas acima.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n°. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Associação em 01 de outubro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

A Associação opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4), incluindo aplicações financeiras e fornecedores, contas a pagar, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição de riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. Os instrumentos financeiros estão classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.3 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.4 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.5 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6 Outros ativos e passivos circulantes

Os ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Receita operacional

(i) Receitas sem restrições – contribuições e doações

A Associação recebe contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela mesma e são reconhecidas no resultado do exercício quando do recebimento dos recursos, independentemente de se haver a destinação da doação para algum programa específico da Associação.

(ii) Doações

As receitas de donativos, provenientes de doações espontâneas, são reconhecidas contabilmente quando recebidas e registradas conforme sua origem.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicação financeira. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas dos imposto de renda a ser retido de instituições financeiras.

As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.9 Impostos

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

Programa de Integração Social – PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação está sujeita ao pagamento da contribuição para o Programa de Integração Social – PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social - COFINS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social – COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. As demais receitas auferidas são tributadas à alíquota de 7,6%.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Caixa – sem restrição | 4.192 | 3.532 |
| Bancos conta movimento – sem restrição | 10 | 10 |
| Aplicações financeiras – sem restrição | 267.169 | 181.307 |
| Total | 271.371 | 184.849 |

A Associação mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa com liquidez imediata, remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações são concentradas em instituição financeira com rating de baixo risco.

5 Fornecedores e contas a pagar

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-------------------------|--------------|---------------|
| Fornecedores – serviços | 2.155 | 3.648 |
| Contas a pagar | - | 9.238 |
| Total | 2.155 | 12.886 |

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

6 Obrigações trabalhistas

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Provisões trabalhistas | 5.158 | 3.801 |
| Férias e encargos a pagar | 4.863 | 5.290 |
| INSS a recolher | 3.420 | 5.335 |
| FGTS a recolher | 678 | 637 |
| Outros impostos | 84 | 80 |
| Total | 14.203 | 15.143 |

7 Provisão para contingências

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Associação não possuía nenhuma ação provável e possível de perda contra ela.

8 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende os bens adquiridos a partir da formação da Associação, acrescidos das variações patrimoniais apuradas anualmente (superávits e/ou déficits) desde a data de sua fundação.

(i) Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Receita operacional

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Doações recebidas – Sem restrição | 973.155 | 672.939 |
| Receitas com prestações de serviços | 150.772 | - |
| Total | 1.123.927 | 672.939 |

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

10 Despesas gerais e administrativas

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Serviços de terceiros | 246.975 | 98.551 |
| Despesas c/ pessoal | 120.543 | 174.161 |
| Despesas gerais de escritório | 29.519 | 18.482 |
| Despesas com viagens | 23.993 | 16.654 |
| Telecomunicações / internet | 14.340 | 3.864 |
| Despesas tributária | 8.135 | 4.996 |
| Propaganda / publicidade | 1.182 | 23.308 |
| Despesas com ocupação | - | 12.407 |
| Total | 444.687 | 352.423 |

11 Despesas com projetos

As despesas com projetos referem-se aos valores gastos pela Associação em investimento social (doações) e acompanhamento de projetos executados pela Associação.

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Serviços de terceiros | 516.786 | 191.315 |
| Evento beneficente | 88.039 | - |
| Doações | 24.897 | 14.843 |
| Curso de qualificação | - | 109.705 |
| Total | 629.722 | 315.863 |

12 Voluntariado

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários quando existente, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação recebeu trabalhos voluntários de um membro, o qual recebeu o valor justo de R\$ 17.800

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação recebeu serviços de forma gratuita relacionados à cessão de uso do espaço físico (aluguel), o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 60.000 (em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 32.500).

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

13 Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Associação não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto de renda retido na fonte (IRRF); e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Associação está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

14 Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Associação.

A Administração da Associação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Associação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Associação Tuma do Jiló

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre seus ativos junto com as saídas esperadas por de seus passivos.

15 Avais, finanças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2019.

16 Eventos subsequentes**Coronavírus - COVID - 19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das organizações.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Associação, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Associação avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.
